

O divisor de águas

O GLOBO

UM perigo ronda a campanha do segundo turno: o de que, na inevitável polarização que marca uma disputa restrita a dois candidatos, expressões vazias de significado — embora carregadas de apelo emocional — empurrem para segundo plano as propostas substantivas que devem ser apresentadas ao eleitorado.

A SUBSTITUIÇÃO das idéias pelos rótulos é insidiosa porque simplifica a discussão. Mas é preciso denunciá-la como fraude, pois não passa disso. Serve ao demagogo, na mesma medida que desserve ao eleitor.

JÁ está no ar a mais obsoleta dessas empulhações, segundo a qual rotulam-se os dois campos como "esquerda" e "direita". Essa divisão maniqueísta nascida na Revolução Francesa já não significa rigorosamente coisa alguma. A "esquerda" já foi reforma e revolução; evoluiu para se transformar num guarda-chuva para todas as manifestações do marxismo; em antítese, a "direita" seria conservadorismo, reação ante a mudança; e também passou a identificar qualquer manifestação política ou intelectual que se pudesse associar ao capitalismo e à economia de mercado.

INTELIGENTE manipulação dos conceitos atribuiu-lhes inseparável peso adjetivo: a "esquerda" é sempre boa e amiga do povo; a "direita", inevitavelmente ruim e serva das elites (como se sabe, nesse estranho vocabulário nada há mais pejorativo do que a palavra elite). É curioso que "esquerdistas" são todos aqueles que assim se intitulam; e "direitistas", os que disso são acusados.

HA muito tempo essa dicotomia não resiste à análise; hoje em dia, não sobrevive sequer à leitura dos jornais: a derrubada em avalanche dos governos marxistas da Europa deixa à mostra o seu caráter ditatorial e antipopular, tanto quanto a falência de seu sistema econômico.

SE desejarmos injetar algum sentido atual nos conceitos obsoletos, será preciso localizar a "direita" nos redutos do statu quo. O que impede o Brasil de

mudar para crescer, ou, num sentido mais amplo, de mudar para se libertar da injustiça social? Mais do que qualquer outro fator, a resistência daqueles que se encastelaram no Estado — como os abusivamente privilegiados quadros da maioria das empresas estatais e os altos escalões burocráticos eternizados nos três Poderes — e aqueles que vivem à sombra do Estado, amparados nos subsídios e incentivos que, como já foi dito, socializam prejuízos e privatizam lucros.

NENHUM candidato apresentou compromisso mais sólido, factível e enfático de combater a esse estado de coisas, como premissa da grande transformação que é preciso operar no País, do que o ex-Governador Fernando Collor de Mello. Sua votação é testemunho da clareza de sua posição e de como esta foi ao encontro da vontade popular.

O CANDIDATO Luís Inácio Lula da Silva igualmente fala em reformas e mudanças. Não é caso de se duvidar de sua sinceridade; ao contrário é ela que denuncia a distância fatal que separa suas convicções da sua possibilidade de realmente alterar o statu quo, naquilo que ele tem de mais pernicioso. Pois ele defende o estatismo sem meias palavras: fala em "desprivatizar o Estado". Essa máquina, que segura o Brasil no passado exatamente porque cresceu demais e cresceu errado, ele a quer ainda maior. Não é por acaso que Brasília, reduto da burocracia nacional, deu-lhe mais votos do que a qualquer outro candidato. Não foi também por acaso que o Brasil pobre, vítima perene do gigantismo estatal, preferiu Collor de Mello.

NA realidade, essa diferença essencial entre os dois candidatos nada tem a ver com esquerda e direita. O que os separa é, por um lado, a capacidade administrativa que já tenham demonstrado; por outro, o propósito de continuar a alimentar os déficits e a ineficiência do mastodonte estatal, em confronto com a decisão de rasgar velhas receitas para buscar, com o espírito arejado e sem preconceitos, a criação de um Brasil moderno e justo.